



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CONEPIR/MG, EM 15 DE MARÇO DE 2023.**PRESIDÊNCIA CLEVER ALVES MACHADO**

Aos 15 dias do mês de março do ano de 2023 ocorreu 1 em formato virtual a Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial- CONEPIR. Link da reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_NGU2MmJINTktYTIwMS00MzgyLTlkYzktOGViYTU1MTE5ZjMz%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%22e5d3ae7c-9b38-48de-a087-f6734a287574%22%2c%22oid%22%3a%22e1d45e4a-524845b4-a77b-821a5b9ac964%22%7d. A condução da reunião foi realizada pelo presidente Clever Alves Machado, foi realizada a chamada pela secretaria executiva do conselho para verificação de quórum que contou com a participação dos seguintes conselheiros (as): Clever Alves Machado, (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos), Juliana de Melo Cordeiro (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos), Arthur Henrique Soares Sales Duarte (SEDESE/Subsecretaria de Esportes), Fátima Cristina Pinto (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social), Amanda Pereira dos Santos (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social), Elzelina Dóris dos Santos (SEE), Helen de Oliveira Nunes Barros (SEPLAG), Anna Karla Ribeiro Silva (SEAPA); Fábio César de Araújo Costa (SEJUSP); Ciro César Carvalho (SES); Amanda Pinheiro Campos (SEAPA), Ana Beatriz Rodrigues Porfírio (SES), Adjanir Silva do Movimento Unificado Negro de Divinópolis, Ana Luísa Evangelista da Silva Faria representante da Indômitas Coletiva Feminista, Luana Paulino Amarante representando da Indômitas Coletiva Feminista; Henrique Galhano Balieiro representando o Serviço Jesuíta a Migrante a Refugiados; Paixão Sessémeandê da Rede Afro LGBT MG (segmento da Comunidade LGBTQA+ negra) Geraci Pereira Barbosa da Associação Cultural Afro-Brasileira Vovó Ana; Makota Ukuemboalunda (Diane Darc de Sousa) da Associação de Resistência Cultural da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango. Feita a também a apresentação das Justificativas dos conselheiros ausentes: Fernanda Alves Batista (SEDESE/Esporte), Ana Beatriz Rodrigues Porfírio (SES), Rogéria Maria Alves Borges Rodrigues, (SEDE), Luciana Rodrigues dos Santos representante da Fundação Conscienciarte, Leonardo Costa Kwiek representante da Associação Estadual de Direitos e Defesa dos povos Ciganos; Jaime Eduardo Cohen Aronis representante da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Adriana Fernandes Carajá representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan. Após a secretaria executiva apresentou os convidados presentes: Amanda Paiva (CONEDH), Valdinalva Caldas (Ex Presidente do CONEPIR/MG), Pablo Matos Camargos (FUNAI), Alvimar Tito (Superintendente de Direitos Humanos/SEDESE), Alexandre Norberto Canuto (SEDESE/ Diretoria de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos -DPRDH), Yolis Del Carmem Rodrigues (representante dos povos Warao), Mateus Rezende, Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Às 14h10min, a secretária executiva, Elenir Rios constatou que havia quórum passando para o presidente dar início à reunião. O Presidente começa a reunião com boas vindas a todos (as), apresenta a pauta: **I – Pauta: Situação dos Povos indígenas Warao, abrigados em Belo Horizonte, através de ofício da Associação, denúncia abandono e falta de estrutura nas casas.** Após a leitura do assunto da pauta o **Senhor Presidente Clever Alves** passou a palavra para a **Valdinalva** que iniciou cumprimentando a todos (as), dizendo que infelizmente ou felizmente, nós povo cigano, por causa da vestimenta e da maneira de viver, muitas das vezes são confundidos com os povos Warao, então chegou uma demanda sobre a situação dizendo que estão pedindo esmolas, e estão numa situação difícil, solicitou então uma visita técnica e foi pessoalmente no endereço, onde constatou a saúde precária, vivendo num ambiente de lixo, muitos idosos deficientes, conversou com as famílias que estavam presentes no local, eles reclamam muito a falta de assistência em relação à alimentação, saúde, mas não querem sair do local, de acordo com a situação, solicitou à visita técnica do Ministério Público Federal, disse ter muitas coisas para falar mas se sentia desconfortável sem a presença da própria liderança. Acha muito importante escutar o povo primeiro e falar depois por causa da consulta. **Clever** pede para ouvir primeiro os Warao e, **Yolis** inicia pontuando a fala da **Valdinalva** que é só um pequeno resumo do abandono, e da violação dos direitos humanos que estão denunciando, e diante da opinião pública brasileira e internacional, não vamos silenciar, diante do atropelo e que tem um funcionário do Serviço Jesuíta presente na reunião que está usurpando o nome dos povos warao. **Yolis** fala que quando **Valdinalva** estava na direção desse conselho o Serviço Jesuíta solicitou entrada nesse conselho, utilizando a parenta **Sônia Zambrano** que neste momento não pôde participar por questão alheia a sua vontade, o esposo foi internado naquela tarde, e queria estar presente para ela mesmo falar do abuso que viveu por parte do **Henrique** e por parte do Serviço Jesuíta, por estar usurpando o nome dela enquanto conselheira, ela não entende o português bem, e ele utilizam o nome de **Sônia Zambrano** para entrar neste conselho de forma fraudulenta, utilizando esta parente. Voltando ao assunto que é uma situação grave, de seu interesse máximo, que o povo vem sofrendo há 01 ano e seis meses através do Serviço Jesuíta em Belo Horizonte e por omissão do município, porque nós temos que reconhecer que o município, terceirizou uma responsabilidade que é dele, e eles não estão presentes e a união também não. Direcionando a fala ao **Pablo** representante da FUNAI dizendo que o povo Warao precisa que a FUNAI os represente, **Yolis** relata que por parte de um funcionário inesperto, sem capacidade de atender o povo abandonado, onde tem pessoas idosas, cega, em condição insalubre e, nem animal vive assim, solicita uma visita técnica do **Presidente Cléver** para constatar pessoalmente a situação que o povo está vivendo, a situação escassa, existe em 01 casa mais de 05 famílias, mais de 30 pessoas por casa, com 01 banheiro, situação de pessoas dormindo no chão, tem mais de 61 crianças, dessas 61 crianças a maioria estão sem matricular na escola, tem problemas graves de saúde, tem o desespero de não conseguir ser inseridos na sociedade brasileira que não aceitam o povo. Houve uma reunião com o Comitê Warao, e este senhor cara de pau, que está aqui, chamado Henrique, querendo colocar liderança, falando que não sou Warao, uma vez já até falei que vou entrar com um processo contra ele e pode gravar, por calúnia, porque ele vai ter que responder perante a lei, e pode se blindar politicamente que vou denunciar o **Henrique** e ele não vai salvar disso porque está tentando colocar uma pessoa além do povo, para falar por todos, uma senhora de nome Irene que não conhece a realidade do povo e de maneira sistemática tentam falar que o povo Warao está mentindo sobre as denúncias graves que estão fazendo e vão continuar fazendo na Globo e no mundo inteiro vai se inteirar do descaso e abandono e a clara violação dos direitos humanos que se tem com o povo, e chamar a convenção 169 da OIT, para continuar falando pelo povo, se os organismos não escutam, a sociedade civil também não irá escutar, e irão pedir prestação de contas desse recurso que a nos couber investido, porque faz hoje 01 ano e seis meses e esse Serviço Jesuíta disse que não está atendendo, que está atendendo só parente Warao, nenhum parente Warao, foi inserido no mercado de trabalho formal, por conta própria, e estão recebendo os parentes, as mulheres ao irem para as ruas para pedir dinheiro, a população não está ajudando porque fala que a prefeitura está ajudando, solicito uma visita técnica, assim como **Valdinalva** foi na casa na sexta-feira passada para tentar limpar a casa, mas

não deu tempo, o Ministério Público em visitação se deu conta da realidade, não dá para tampar o sol com uma peneira, podem se blindar politicamente, mas vamos continuar denunciando as violações de direitos humanos que o povo está sofrendo nas mãos desse pessoal incapaz, sem um pinga de humanidade, e fala para **Henrique** que não vamos calar porque ele não conhece o povo Warao, e desejo que o erro seja desmascarado. **Valdinalva** disse que se sentia mais à vontade para falar depois que escutou o povo, o importante é escutar quem é de direito. Relata que quando foi fazer a visita na comunidade sozinha primeiro, constatou vários problemas, achava que se provocar o estado, ou até o município, pode chegar a uma solução, simples, lá tem idosos tem deficiente, mas não são cadastrados no Cad. Único, tem direito no benefício, no LOAS, mas não tem essa assistência, verificou com o **Dr Paulo**, que ficou de ver essa situação também, e acha muito importante que cadastre, e provoque os agentes de saúde, o CRAS para ir lá visitar as famílias, e diz não saber como é que funciona os imigrantes, isso é novo e precisa cadastrar as famílias no LOAS, para que recebam o benefício do INSS que tem direito, tem vários que são deficientes, e idosos que tem esses direitos. Outra coisa a saúde, é muito importante provocar a saúde, Secretaria Municipal de Saúde, que acredita que é para fazer um exame geral e um acompanhamento a saúde dos povos Warao. Uma demanda também muito importante que eles conversaram durante a visita técnica do Ministério Público federal, foi sobre os territórios, e eles falam vilas, mas é uma aldeia e a **Yolis** pode esclarecer melhor sobre isso, o que é vila, até o **Dr Paulo** explicou que eles querem uma aldeia, e o povo Warao é igual ao povo cigano, não são povos nômades, são povos que depende de um território para sobreviver e sobreviver sua cultura o povo Warao não é igual cigano, não é só uma família de 05 ou 06 pessoas, são vários grupos, chega no lugar e consegue levar políticas públicas, mas deparou com grande violação de direitos humanos, a falta de assistência é coisas simples que se pode resolver, e uma das demandas também que o pessoal fez durante a visita técnica foi sobre a cadeira deles, o espaço de fala e de voz deles, tem que ter uma cadeira da associação pela fala migrante. Não está denunciando entidade nenhuma, e sim denunciando a uma violação de direitos e está aqui para provocar o estado para que traga esses atores, essas pessoas responsáveis para trazer uma solução para o povo Warao. Que é: território, saúde. O **Matheus**, esteve lá também representando o Ministério Nacional de Direitos Humanos – MNDH, pois entrou nessa com a possibilidade de buscar soluções juntos e não ficar só em reuniões, mas levar para a prática, porque tem experiência nesse conselho que é uma família, que todos resolvem, que é o dialogo social. **Matheus** inicia dizendo: temos debatido a pauta do povo indígena de etnia Warao, desde 2021, quando a teve toda essa potencialização da dificuldade que foi o acolhimento municipal, havia uma dificuldade de compreensão para qual recorte, qual nível de proteção e no início chegamos a compreender que essa acolhida, se deu junto com a própria população em situação de rua. Compreendemos os desafios das instituições, é uma dificuldade, desafio muito grande para o aprendizado, tínhamos muitas dúvidas em relação as características, porque povos tradicionais, possuem características próprias, no entanto desde aquele tempo se incomodava um pouco com o processo burocrático, com a demora, com a timidez com as proponentes de soluções, o fato é que muitos desdobramentos aconteceram em função da visibilidade que deu na imprensa inclusive e acabou se desenvolvendo vários grupos de trabalho e muitos deles provocados pelo sistema de justiça, ora pelo Ministério Público, ora pela Defensoria Pública, mas ressalta o papel do Conepir, como sendo uma das primeiras instituições a pautar o assunto e isso foi muito importante para que pudesse criar um percurso de diálogo. Nesse sentido, tivemos além do ponto de vista fiscalizatório, das instituições que tem esse papel, mas também o legislativo que atuou na proponente de projetos de lei, das audiências pública, acompanhamentos junto aos entes do poder executivo, tanto do municipal, como do estadual e federal e cada um respondeu de alguma forma. **Matheus** lembra que naquele tempo o município de Belo Horizonte, destinou o interesse em formatar equipamentos que pudessem acolher as pessoas, os povos indígenas da etnia Warao, mas que haveria ali um trabalho coletivo para poder estruturar como seria essa proposta, ainda tem um pesar muito grande embora respeitamos os nossos pares, conhecemos historicamente, mas o estado ainda ao nosso ver é muito tímido nesse compartilhamento dessa responsabilidade e acha que tem que reatar as relações com o governo federal, numa esperança de se apropriar mais das instituições, de buscar mais recursos mais entendimentos também da matéria, registra que Acnur foi importante, pela expertise que tem, pela construção de relatórios, pelo entendimento que tem, pela atuação muito presente no recorte. O fato é que passado todo e tempo a gente muda de posição, e não tem mais essa atuação institucional vim para a sociedade civil organizada, junto com o Movimento Nacional de Direitos Humanos e foi surpreendido também com uma denúncia relacionada aos Povos Indígenas de etnia Warao, mais especificamente em Belo Horizonte, porque possivelmente haveria indícios de algumas violações de direitos humanos nessa proposta de acolhimento do município, e no dia 10 de março, nós estivemos presentes em algumas das unidades de acolhimento do município, fomos lá evidentemente pela proximidade que temos com a pauta, pela vivência que a gente compartilha com as pessoas e identificamos algumas situações que merecem atenção das instituições, do poder público no intuito de avançar. Algo que me preocupou bastante, quando se ouviu as pessoas em geral, que havia uma dificuldade de fala do próprio povo. As pessoas não se sentiam acolhidas para expor o que estavam sentindo ou o que estavam passando no seu dia a dia, isso chamou muita atenção porque se estamos falando em um círculo de formalização de política pública em que o legitimado ou o público alvo não tem protagonismo de fala, isso também gera um questionamento muito profundo muito preocupante, sendo que isso foi dito de forma reiterada, no tocante a estrutura física, havia confusão em alguns aspectos, por exemplo, havia muita dificuldade com limpeza, isso não é característica do povo, estava visível a dificuldade que existia nas unidades de acolhimento, mas chamou muita atenção também a dificuldade que eles tem de gerir a estrutura porque se dizem responsáveis pelo pagamento do fornecimento da energia elétrica, da agua e também dizem que tem um incentivo insuficiente para alimentação, então nos chamou a atenção sob o ponto de vista da política social e proteção, como que isso tem sido feito, como que isto tem sido monitorado, porque isso também não foi dito só por uma pessoa, foi dito por várias pessoas, inclusive a eminência de corte de fornecimento ou de energia elétrica ou de abastecimento de agua, em alguma dessas unidades, o que também nos chamou a atenção, eles não sabem explicar se são cadastrados na base do cadastro único, não sabem explicar o nível de proteção, eles não conseguem contar como é feito esse acompanhamento, então fica esse questionamento para entender se há se não há, porque também não tem como afirmar sem ver esse relatório. Mas ficou nítido esse anseio essa angustia em relação a essa não compreensão dos processos ali da política social, havia outras questões também atreladas a algumas relações trabalhistas que algumas instituições do sistema de justiça não acolhem, algo como se houvesse alguma demissão indevida, alguma não observância dos direitos trabalhistas para as pessoas de etnia Warao, havia também uma dificuldade para o encaminhamento para o trabalho, e a parte ritualística, porque os povos tradicionais, eles tem direitos ao sagrado, então muitos manifestaram esse constrangimento de muitas vezes não ter condições. A **Valdinalva** traz um ponto importante a respeito do território, porque o território nunca é consenso porquê de fato, segundo o que eles falaram o modo de acolhimento não seria adequado para o povo, mas tira-los sem conversar, sem integra-los ao processo é um problema maior ainda, e o que eles chamam de vilas não é o que a gente chama costumeiramente de vila, o que eles entendem como vila são aldeias, a perspectiva de aldeia, então, talvez se tivesse uma construção em que eles pudessem participar e entender algo nesse sentido, talvez pudesse até ajudar nesse processo. Isso é tão importante porque no início a gente falava muito da coleta, coleta é o fato das famílias saírem pra buscar os insumos pra poder se alimentar ou para poder sobreviver, e ai eles contaram nessa visita que a coleta tinha sido um instrumento desenvolvido, porque eles não tinham de onde tirar esse sustento, então a coleta não é originária dos povos Warao, foi um sistema desenvolvido pela necessidade de itinerância forçada, em função da não adaptação territorial, da não garantia dos insumos para a própria sobrevivência, então nesse caso o território para eles além do sagrado resolveria todos esses complexos, então qual é o nosso chamado? Nosso chamado é potencializar os espaços, democráticos para que o povo Warao também possa participar com protagonismo para que os entes de participação possam cumprir o seu papel na medida fiscalizatória, produzindo dados evidentes que demonstrem ali a fragilidade, de uma existência da violação dos direitos humanos para que se possa corrigir, e clamamos um monitoramento por arte do municio que é exercer uma política que já está implementada para que possa corrigir algo, porque há uma destinação de uma verba, mas clamamos também por uma participação maior do governo do estado, porque as autonomias elas são compartilhadas, ainda que seja em níveis diferentes mas nós

precisamos do amparo dos outros centros da federação, espero ter contribuído de alguma forma, me coloco a disposição e agradeço a Valdinalva bem como o conselho, pela oportunidade de fala, dando prosseguimento o presidente apontou algumas anotações para encaminhamento, sendo elas: Cadastrar as famílias no cad. Único - Assistência saúde - Elaborar projeto habitação / território para os povos warao, no caso construção de vilas - Levantar número de crianças e adolescentes para providências acerca educação - Construir agenda para realizar visita técnica nos espaços onde se encontram os povos warao - Geração trabalho e renda - Acesso território para práticas religiosas culturais - Encaminhar Representantes dos povos indígenas para participar do Grupo de Trabalho Comitrate. **Yolis** fala da importância de trazer o estado e agente federal, porque cada dia chega mais parente, é uma realidade, que não vai acabar aqui e precisa alerta-los que se façam presentes, o presidente retoma a fala e solicita a secretária executiva **Elenir** o agendamento de outra reunião com o ente federado estadual, municipal e federal para que possa começar fazer uma força tarefa para atender as demandas trazidas pelo povo warao, o presidente dando novamente a palavra ao convidado Sr. Pablo, fez uma afirmação sobre a presença das entidades relacionadas aos agentes municipais, estaduais e federais, indagando se será necessário uma nova reunião ou a pauta será algum assunto específico, respondendo o Sr. **Cleber** respondeu que sim, para uma elaboração de um plano de Trabalho. Uma reunião técnica, além disso, precisamos também do Ministério de Direitos humanos que não está presente, e o Ministério Igualdade Racial e Ministério dos Povos Indígenas, aqui hoje estão presentes o Governo do Estado, o Ministério Público Estadual, a SEDESE representada pelo Sr. **Alvimar** Superintendente de Direitos Humanos e o **Alexandre Canuto**, que já trabalham com a pauta do povo warao há bons tempos. **Valdinalva** apresentou uma sugestão: acha que não deveria ficar só por aí não, e gostaria que os Warao fossem acompanhados pelo estado, assim como os povos ciganos foram, é muito importante esta visita técnica, de representante do estado, lá dentro dos povos Warao, reunir e escutar esses povos e assim como o Ministério Público fez, se escutarem o povo, terão uma noção melhor do que fazer, assim como fez com os povos ciganos, então precisar ter um diagnóstico de todos, assim como terá um diagnóstico federal, além do Movimento Nacional de Direitos Humanos como também a Associação dos Povos Ciganos, **Valdinalva** fala que deseja acompanhar de perto essa demanda e junto com as lideranças. Fica triste, quando chega lá e vê a situação, que um morador de rua, tem condições melhores que eles estavam vivendo, e não sabe qual é o histórico de vida, então de imediato já deixa esses encaminhamentos, porque tem participação dos representantes do governo, e porque acredita que o Conepir continua sendo uma família e trabalha diálogo social, que é governamentais e sociedade civil, e isso deu certo na gestão anterior, e temos conselheiros como **Fabio**, como **a Dóris**, por exemplo na área da educação, que levou essa demanda do povo cigano, a conselheira **Rosa** que levou para a saúde e assim por diante. Então aproveitar esses conselheiros governamentais que estão dentro e começar a tomar os encaminhamentos necessários já, para que isso aconteça lá em campo igual aconteceu com os povos ciganos e enquanto isso no paralelo buscar respostas, se seria aldeia urbana, porque isso são só os Warao, juntos para decidirem, e entende do povo cigano, e não entende do povo Warao, só a liderança para poder ajuda-los, começarem a tomar os encaminhamentos, ver o que é que pode provocar isso, se é o município de Belo Horizonte, porque eles estão em Belo Horizonte e tem uma terra lá, para ceder e agregar esses povos e juntos buscarmos políticas pra chegar a essas comunidades em Ibitiré/MG, onde estamos somos prova viva que o Conepir funcionou com dialogo social entre governo e sociedade civil, não estamos entrando na área institucional e sim reivindicando política pública para esses povos tradicionais e assistência emergencial que eles precisam, entender o que está acontecendo e ajuda-los a caminhar. **Valdinalva** parabeniza a liderança de **Yolis**, que ficou resabiada quando foi na comunidade sem saber se podia acompanhá-la, e presenciou ela levando dois jovens para emprego no Supermercado BH, e estão um pouco mais avançados do que os povos ciganos que não consegue emprego, e pede com carinho para família Conepir que trabalhe com os povos Warao, assim como trabalharam para os povos ciganos, porque é difícil ver o que viu, e está nas mãos do conselho, governamentais e sociedade civil e são coisas que tem condições de resolver, porque já estive no conselho, Valdinalva pede desculpas pelo desabafo e pede uma visita técnica pessoalmente para começar a fazer um diagnóstico na comunidade e começar a buscar soluções para os povos Warao, **Pablo** solicita que **Valdinalva** incluisse a Fundação Nacional dos Povos Indígenas e as Instituições Federais também nessa questão, que é muito importante e nos dias atuais a fundação está bem comprometida com essa questão, **Valdinalva** solicitou o contato e agradeceu a oferta de parceria, **Valdinalva** faz um apelo para todos os conselheiros presentes “Não deixem essa família cair não” o Conepir nunca deixou de ter quórum, e é muito importante a atuação do Conepir para os povos tradicionais, **Marcelo** tem acompanhado as lutas, e tem feito visitas presenciais nas comunidades, principalmente ciganas, o trabalho presencial é muito importante para enxergar soluções e o Conepir é uma família buscando um ajudar o outro, temos que entender que sociedade civil depende da educação depende do governamental e vamos juntos dar as mãos, e ajudar o povo que precisa de ajuda. **Mateus** solicitou que fosse enviado a ele, a ata da reunião para juntar informações, pois toda vez que vai conversar com os parceiros, com os órgãos, sempre solicitam informações, é interessante e produtivo, juntar também. **Marcelo** solicitou que a **Yolis** nos apontasse quais são hoje as casas de acolhimento e aí a **Valdinalva** informar qual ela visitou e para efeito de ata pra entender melhor em quais instancias e se há alguma diferenciação que ela encontrou, se estiver ido em mais de 01 das localidades, **Valdinalva** então responde, em todas as casas que nós fomos a situação é a mesma, não tem diferença nenhuma quanto aos endereços, pede a **Yolis** para passar por não saber os endereços corretos, talvez o **Mateus** tenha por escrito, **Yolis** escreveu no chat os 03 de 05 primeiros endereços, nos endereços onde moram 25 famílias 141 pessoas, 61 crianças, Pablo pergunta se estão todos concentrados no Jardim Felicidade, no Tupi, em cada casa estão 05 famílias, e na favela da serra tem uma casa com 05 famílias e nós temos idosos, pessoas deficientes visuais, o que me preocupa aqui é que há várias pessoas com sintomas de TB (tuberculose), então a preocupação é que possa haver um surto e se confirmado é uma doença altamente contagiosa, ontem notificamos no Comitrate, na reunião informamos ao Ministério Público, na reunião informamos ao Ministério Público, solicitando um atestado em massa de todos endereços onde estão esses parentes morando, pois já tem um surto em Goiás, temos uns 20 parentes lá também, então a preocupação com a saúde, é emergencial, o **Cacique Santo** falou ontem na reunião e qualquer decisão que o cacique apresente, vamos apoiar, ele deu 15 dias, se em 15 dias o município e o Serviço Jesuíta não se manifestar, não der solução a situação que nossos parentes estão vivendo, nós vamos acampar todos na rodoviária de BH. **Henrique Galhano**, representando o Serviço Jesuíta de Apoio aos Imigrantes e Refugiados disse achar muito importante resgatar o contexto histórico no qual estamos aqui hoje, muitas pessoas aqui, não acompanharam desde o início então é importante que elucide este contexto histórico desde a chegada dos povos warao em BH, que se deu em 2020, até o momento, o projeto executado pelo serviço jesuíta de Imigrantes e Refugiados em convênio com PBH. Então em março de 2020 chega a BH, um grupo de 18 pessoas, 03 famílias, momento esse que foi criado um grupo de trabalho, junto com Acnur, PTDP e Serviço Jesuíta, tinham representantes dos movimentos indigenistas nessas reuniões, o DPE estava presente o Ministério Público e PBH, nessa época foi o início do surto da COVID 19, esse grupo estava alocado no centro de BH, num hotel e depois foi transferido para o abrigo São Paulo, e depois para Vila Alberto, em 2020. No ano de 2021 chega o grupo do **Cacique Santo**, cerca de 63 pessoas na rodoviária e a resposta dada emergencialmente pela prefeitura, é que ela não tinha nenhum equipamento disponível na época para o acolhimento desse grupo, em junho de 2021, foi feito o acompanhamento que institui novamente esse grupo de trabalho e a SEDESE nesse grupo, que a partir de março foi constituído para pensar a chegada dos indígenas Warao, que chegou no triangulo mineiro, em Uberaba e Uberlândia, em 2021. Foi feito esse acompanhamento na Vila Alberto Furtado, que não recebem nenhum recurso até o final de 2021, foi assinado o convenio, para o acolhimento da população indígena Warao, na Vila Alberto Furtado, e nesse tempo, chega o terceiro grupo na praça da estação, e a prefeitura encontra como solução o abrigo São Paulo, onde **Mateus** cita que é um abrigo voltado para pessoas em situação de rua. Foram alocados no abrigo, começando assim o movimento do Conepir, para pensar na melhor maneira de acolhimento para essas pessoas em diversas opiniões envolvendo o Ministério Público, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado. Esse grupo que estava alocado no Abrigo São Paulo, agora está alocado na Vila Pinho, no antigo Centro de Saúde da Vila Pinho, a PBH cria-se ali para receber esses indígenas da etnia Warao. O imóvel que chama de Vila Alberto Furtado, não é do Serviço Jesuíta, é um imóvel que utilizamos no primeiro momento para fazer a

interiorização de venezuelanos não indígenas pela operação acolhida do governo federal, então a partir daquele momento, cessa essa parceria, para acolher os indígenas da etnia Warao, não é um imóvel próprio, e pode perdê-lo a qualquer momento, se o dono do imóvel pedir de volta, então é um equipamento que não se pode contar muito, é um processo de tentar ver um projeto que essas pessoas construam a própria autonomia, pela vida, pela cidade, começar trabalhar um processo, e propor esse plano de trabalho para a PBH, para reinteralização para vida na cidade que consiste em alugar as casas a partir desse recurso que é dado pela prefeitura, esse convenio da prefeitura, é utilizado para o aluguel dessas casa como também para o alimento dessas pessoas, então a gente tem aí pelo recurso que nós recebíamos, conseguimos dar por famílias, ou um cartão sodexo alimentação cerca de R\$ 850, reais, e o **Mateus** traz uma palavra importante que é a co responsabilização, que o Serviço Jesuíta não vai dar conta de responsabilizar sozinho no município, então por isso é importante que o estado esteja presente, e que o governo federal também esteja presente em todo esse processo, o **Pablo** também em relação a saúde, já participou de diversas reuniões, inclusive com um nível central da atenção básica de BH, para poderemos traçar algumas soluções em relação a saúde e também da adesão do tratamento dessas pessoas a saúde. Retrocedendo ao processo de reestruturação a partir de junho de 2021 a agosto de 2022, foi feito um trabalho a partir da consulta de assembleia, e roda de conversa, um relatório que foi apresentado para o Ministério Público, disponível a todos, os encaminhamentos que foram feitos e todo processo de trabalho que foi realizado. Então essas famílias que foram visitadas, que estão morando no bairro Jardim Felicidade, a gente custeia o aluguel, desses imóveis e tem uma equipe técnica que faz esse acompanhamento, essas visitas domiciliares, os atendimentos também das famílias, e fornecem um cartão alimentação que é um valor pouco de R850, 00. O projeto com a prefeitura foi pensado para as pessoas que estavam na vila Alberto Furtado, no período de junho/2021 a dez/2021 e o que dimensionou de atendimento foi para 100 pessoas, e temos tentado dar conta do fluxo de famílias que tem chegado, são famílias que já estão no processo de território, as casas foram apresentadas para eles no território então é o que o projeto permite, de aluguel de imóvel e pensar nesse convívio comunitário, e porque que no bairro Jardim Felicidade? Foi mapeado antes de apresentar essas propostas para a prefeitura, qual o bairro que conseguiria dar maior atenção em termos de equipamentos públicos municipais e estaduais, encontram-se no bairro Jardim Felicidade e adjacências ali na região norte, que é o bairro Tupi, o bairro Floramar tem associações que é um trabalho que foi sensibilizado no território, antes dessas pessoas estarem sendo alocadas. Desde janeiro de 2022 tem se feito uma mobilização do território em relação a mitigar a questão da xenofobia no bairro, temos a participação na rede comunitária, para poder pensar nos melhores acessos aos equipamentos, a maioria das famílias desacompanhadas, estão cadastradas nos postos de saúde e centros de saúde, no bairro Jardim Felicidade I, Jardim Felicidade II e Centro de Saúde Floramar, inclusive o agente de saúde, visitou as casas para fazer o cadastro das novas pessoas que chegaram, e temos esse alinhamento no que tange a saúde e também a assistência social, então todas as pessoas acompanhadas do projeto, estão cadastradas no Cad. Único, recentemente uma pessoa idosa, conseguiu o benefício do BPC e foi avisado numa reunião junto com a prefeitura onde o **Alexandre Canuto** esteve presente, da ação que o CRAS tem organizado pra apresentar o equipamento, para que serve o CRAS, e refazer o recadastramento dessas famílias ou cadastrar as famílias que estão ali, pendentes do acesso ao benefício, bolsa família, assim esse processo territorial, envolve também educação, a partir de agosto do ano passado numa conversa junto com a Secretaria Municipal de Educação, na gerencia da promoção de igualdade racial, tem a matricula dessas crianças. Na escola Florestam Fernandes inclusive na época foi contatado um indígena pedagogo para acompanhar essas crianças na escola, hoje em dia com as chegadas de novas famílias, novas crianças adolescentes, muito numerosos, então desde o começo ano está em tratativa com Secretaria de Educação, que além da Florestam Fernandes, outra escola seja Rui Val Costa salvo engano, estão fazendo o acompanhamento junto as famílias e também junto com a política de assistência social, de saúde, educação e segurança pública e tem essa proximidade dos equipamentos do "Fica Vivo", nas imediações de conflitos do território, para poder mitigar a questão comunitária, é importante, estar colocando isso também, foi solicitado a lista para o coordenador do CRAS do Jardim Felicidade e vai enviar a lista de todas as pessoas beneficiadas no bolsa família que estão cadastradas também no Cad. Único que recebem benefício do BPC, então vale lembrar também que pelas leis brasileiras o BPC é um benefício para pessoas acima de 65 anos brasileiras, ou pessoas naturalizadas brasileiras, temos trabalhado para concessão do benefício, aos imigrantes também. **Valdinalva** perguntou, quem ofereceu esse terreno, para os povos Warao? Se os povos indígenas que estão lá, estão com processo na justiça para tira-los de lá? Quem ofereceu esse terreno para esse povo? **Mateus** disse que pelo que se lembra há uma comunidade, uma ação de reintegração de posse, parece que desde 2015, e parece que ainda não solucionou aquelas demandas daquele povo, naquela região, demandas para educação, saúde, e referencialmente nos níveis de proteção da assistência, existe um conflito nesse terreno, **Alexandre Canuto** que participou do processo sobre o terreno da Fucam em Esmeraldas, ofertado, diz que com relação a esse terreno desde o início não foi um terreno cedido, ele foi cogitado, para verificação, e verificou-se em visita ao local, que era inadequado pela característica dele, por ser distante do centro urbano, onde os warao pudessem fazer a coleta, e devido a presença de outras etnias que também buscam espaço, então poderia gerar inclusive um conflito entre etnias, porque que cederia para os Warao e para os outros não, e o tipo de habitação lá, não é adequado, foi feita uma visita técnica e elaborado um relatório, inclusive foi respondido tanto ao legislativo estadual, quando ao Ministério Público da inadequação do local, e não é opcional, os indígenas que aqui estão, pelo que ouvimos falar são urbanos, e lembrando que o papel da SEDESE, nessa questão é de articulação das redes de apoio tanto com o governo federal, quanto com os conselhos municipais, que no caso é serviço municipal que já está sendo acertado em parceria entre a prefeitura e as OSCS, e não só o Serviço Jesuítas, como a Caritas também para o devido abrigamento em condições adequadas para os mesmos, dentro do próprio Comitrate, foi iniciado desde 2021, um trabalho de elaboração de um protocolo, emergencial para o povo Warao, esse protocolo de atendimento não só aos Warao, mas a povos migrantes indígenas foi interrompido porque houve uma debandada de alguns dos parceiros nas reuniões, por não achar que poderia funcionar, inclusive no dia 23 teve reunião para retomada desse protocolo emergencial, se ele atende ou não e que condições devem ser previstas para que ele possa atender a situação emergencial dos indígenas Warao, **Henrique**, relata que nessa reunião de segunda feira, estavam presentes representantes dos organismos internacionais que tem tratado dessa convenção 169 da OIT, acha importante que as agências estejam presentes e que faça uma nova consulta para os povos warao, acompanhados no território do Jardim Felicidade e adjacências, para ver o que eles desejam, e que essas consulta seja acompanhada não só pelas agências internacionais, mas também pelo estado, onde compactou pelo Ministério Público, e os demais atores para que se faça um processo que seja o mais transparente e idôneo possível. O processo que tem se feito de aluguel de casa nos territórios, desde a vila Alberto Furtado, falando do projeto com eles, falando da proposta da casa e do território, todos eles foram consultados, tem documentos, todos registrado de todas as atividades, e nesse relatório sobretudo, será encaminhado para todos terem o entendimento desse processo e desse convênio junto com a PBH, que é um dinheiro público e que tem a transparência na sua prestação de contas e nos sentimos mais à vontade para chamar a Funai, que na época, quando solicitamos o apoio para o acolhimento das pessoas da etnia warao, deveria ser feito pelo Acnur, desde que temos o conhecimento de uma Funai indigenista, que possa contar também com a SESAI, por estar bem próximas dos acompanhamentos. **Cleber** passa a palavra ao Sr. Pablo, que se compromete pela Funai, junto com as instituições, e o Serviço Jesuíta, já fizeram reuniões mas uma outra Funai, como o Henrique colocou que o entendimento era somente articulação via Acnur, que estava posto na atuação com o povo Warao, estamos sim em conversa com as instituições de saúde da região metropolitana foi feito um grupo de trabalho com a saúde dos povos do contexto urbano, já estamos trabalhando desde o ano passado com o Povo Araná, algumas reuniões e trabalho com o Povo Pataxó, e outras etnias que estão sendo envolvidas e os Warao já é uma demanda da PBH e já está contemplado nesse trabalho, em conversa com a **Yolis**, na semana passada ela fez as denúncias do povo Warao, a situação precária que estão vivendo e já foi feita uma nota técnica aqui na coordenação regional, para que a Funai esteja em Belo Horizonte, que faça articulações com o Serviço Jesuíta, visite o povo Warao, documente, converse com a coordenação pra que isso seja feito o mais rápido possível essa articulação, com a SEDESE com o governo do estado, com a PBH, pra que a atuação faça a diferença, com os Warao que estão numa situação muito

precária em Belo Horizonte. **Adjanir**, inicia dizendo que sua intervenção nesse caso é uma reflexão, toda intervenção de massas, de pessoas que saem de seu território a procura de outros territórios, elas não saem atoa, porque deixariam suas terras a procura de outras terras, o povo preto foi obrigado a vir para esse país, o povo cigano está sempre circulando, o Warao também tem essa integralidade, no caso dos Warao é a questão do imperialismo, então eles saíram do país por questões econômicas, o que acontece sempre essas minorias quando precisam migrar para outras terras, são hostilizados ou recebidos como pessoas não gratas não benquistas naquele território, e parece que o Brasil só pertence a branco que tem dinheiro, o negro apesar de ser maioria nesse país, não tem vez, cigano não tem vez, indígena que é realmente o dono da terra, não tem vez, então nós temos que pensar que país nosso é signatário, de trados internacionais, direitos humanos, OIT, temos que respeitar isso e tratar todos como seres humanos, depositários de direitos e também de deveres, constantemente os povos dito minorias sendo sempre achatados empurrados pro lado, e o estado sempre dando uma desculpa e não resolve o problema, não se vê etnias europeias sendo tratadas dessa forma, mas se falar que é cubano, haitiano, africano, ou que é sul americano tem esse tipo de tratamento, se a pessoa se encontra e um território do estado, ele tem por obrigação acatar aquele indivíduo, e tratar como pessoa, pra isso existe os direitos humanos, nós estamos aqui no movimento negro da minha cidade e também no Conepir, militamos nessa área a bastante tempo, e temos visto isso constantemente acontecer, sempre dando desculpas, mas quando se trata de alguém com dinheiro o estado dá isenção, e a coisa vai fluindo, são várias pessoas atravessando esse tipo de dificuldade pelo país e o estado não faz questão nenhuma de resolver o problema, participam maquiando, então temos que pensar e parar com isso, chega, todo mundo é digno, é depositário de direitos, o estado tem que respeitar isso, durante a pandemia o pessoal de circense sendo empurrado de cidade para cidade, porque a prefeitura não queria ciganos não queria circenses, não queria ninguém lá, até quando o estado vai preferir uma etnia em detrimento de outra? É chamar os autores, os agentes federados, montar uma força tarefa e resolver essa situação, não só dos Warao, mas de toda população que precisa e merece ser tratado no seu direito. Já estamos há muito tempo vendo isso acontecer, sem solução entra um sai outro até as pessoas morrerem e quando morrem acabou o problema, eu conclamo também o Conepir trabalhar em conjunto para isso, porque se tem o rico, mas sem o pobre o rico não consegue subsistir, tem que haver um equilíbrio, o estado tem que fazer sua parte, abrir a mão do cofre e lançar lá aqueles que realmente precisam, que estão a margem como seres humanos, como pessoas, acho que essas força tarefa tem que se impor, trabalhar e minorar essas situação, esse país é uma potência, riquíssimo, dinheiro está sobrando nesse país, falta é ação e boa vontade para fazer acontecer. Temos que olhar a dor do outro como se fosse a nossa própria dor, porque ver pessoas sem comida sem teto, sem trabalho e achar que isso é normal principalmente num país que nem o nosso é inaceitável. Então o estado tem que fazer sua parte. Esse braço do estado tem que chegar a esse cidadão que precisa ser atendido por ele, fica aí minha fala para reflexão e agradeço a participação. **Yolis** disse estar perplexa sobre a fala do **Henrique** tão profissional, tão técnica tão bonita, mas que na realidade não é o que o nosso povo vive, por isso depois dessa fala eu definitivamente convido este conselho visitar a casa o mais rápido possível, o município de Belo Horizonte tem a responsabilidade de evitar uma tragédia. Temos pessoas doentes, precisado de ajuda, temos parentes ficando doentes com alcoolismo, sendo levados ao tráfico entrando no mundo do consumo de drogas, temos parentes no Jardim Felicidade que não relataram na visita que estão sendo utilizados por traficante, então, porque essa situação se está tudo tão bonito como o **Henrique** fala, se estamos denunciando é porque está insuportável, precisamos de ajuda e não é para o ano que vem, não é essa ajuda técnica que o Serviço Jesuíta está ofertando, precisamos colocar a mão na massa, nosso povo nem cadeiras tem, estamos dormindo no chão, vistos pelos que foram visitar, **Valdinalva** e **Mateus**, então não dá para aguardar semana que vem, semana que vem já é tarde, **Valdinalva** diz preocupar-se em como é feita essa consulta prévia livre e informada, porque os povos ciganos tem uma situação parecida, e temos esse protocolo de consulta, e a lideranças aqui blindamos a nossa comunidade, fala para **Henrique** que recebeu um vídeo que gravaram antes da visita técnica do Ministério Público Federal, e pega uma liderança, e acha que a **Sônia** o nome dela, um povo tudo limpinho, e esse vídeo me preocupou muito, isso acaba dividindo o grupo, porque o próprio povo fica inimigo um do outro, porque isso tá errado, isso não pode, é só uma sugestão, e fala para esse conselho que assim como tivemos apoio com a criação do protocolo de consulta, gostaria de ofertar apoio aos povos Warao, para o protocolo de consulta e também solicitar uma visita técnica, pois tem mais dificuldades, não falam a nossa língua, então que tenha uma liderança, que essas lideranças sejam respeitadas pelo povo, que essas próprias lideranças blindem esse povo. O **Marcelo** tem costume de visitar as comunidades, o **Cleber** já esteve lá pessoalmente, e sabe como funciona, a **Valdinalva** fala pelo povo, pela agência, para escutar as lideranças porque a comunicação é difícil, não falam o português e temos que ver essas dificuldades dos Warao, pede para o Conepir conseguir um suporte técnico para ajudar o povo Warao, criar o protocolo de consulta, se o povo Warao tiver interesse nessa criação do protocolo de consulta. **Marcelo** se pronuncia sobre uma dúvida operacional com relação a isso, porque acha que um grande problema que a etnia Warao enfrenta na medida em que eles são tratados no Brasil como refugiados, não existe a categoria refugiado indígena. Todos os refugiados de um modo geral são classificados como refugiados, porque eu acho que a gente tem muito a contribuir com o mundo se a gente começa a programar outra forma de tratamento mais humanizado e mais específico com a etnia Warao porque isso pode ter reflexo também nos grupos haitianos que estão no Brasil e de outras nacionalidades, isso é muito importante, e aproveita para destacar o excelente trabalho que a **Yolis** tem feito, tem sido a colaboradora para ajudar entender a dinâmica de vida Warao, imagino o sofrimento dessas pessoas que tiveram seu território totalmente violentado pelo estado venezuelano, e dentro daquele país, já são invisibilizados, negligenciados e chegam ao Brasil, tendo uma esperança de luta por dignidade, muitas das coletas, isso é importante que o conselho tenha consciência disso, as coletas que as famílias Warao fazem aqui, são remetidos para Venezuela, para os Warao que estão lá, em condições de miserabilidade extrema, e tem nesse processo de envio os trabalhos dos coiotes que cobram as vezes 80% do valor que os Warao mandam, então nós aqui em Minas,(não sei o trabalho em outros estados) estamos tentando utilizar a força das nossas instituições e o nosso compromisso com a dignidade da vida humana, temos tentado ajudar mas os desafios dessa população são gigantescos, reforço o apelo ao Conepir, que como Conselho de Políticas da Igualdade Racial que utilize dessa força que tem para nos ajudar a atuar da maneira mais potente possível em prol dessa população. **Henrique** citou uma indagação ao Pablo que é muito importante essa criação dos protocolos e a experiência da **Valdinalva** pode contribuir bastante nesse protocolo de consulta, pelo que tem conhecimento, no Brasil não tem nada parecido, podemos consultar outras agencias. **Cleber** responde que já existe um protocolo de consulta dos povos Warao em Belém do Pará. **Alexandre Canuto** reforça a informação dizendo terem conhecimento no Comitrate. O Presidente solicitou maior brevidade nas manifestações por causa do horário e pediu ao **Pablo** que respondesse a pergunta do **Marcelo** que iniciou dizendo que concorda e que os Warao tem que ser tratados não só como refugiado mas sim como indígenas como outros povos que estão na região metropolitana de Belo Horizonte, os Aymarás da Bolívia, os guarani do Paraguai, e são vários povos na condição de refugiados, e acredita e trabalha com isso para que esses povos sejam sim atendidos pelo estado brasileiro como indígenas e entra-se no escopo da Fundação Nacional dos Povos Indígenas e das outras instituições federais, para ser atendidos com indígenas, na política indigenista do SESA (Secretaria Especial de Saúde Indígena), entre outras, sabemos que é uma luta árdua dentro do orçamento, não é simplesmente só no campo antropológico, o trabalho é no campo da economia, da burocracia que é muito grande mas estamos pra rompermos isso e para juntos construirmos um atendimento e que os estados estejam presentes sim com esses povos com povos indígenas. **Alexandre Canuto** completou que como foi colocado pelo **Cleber**, há sim um protocolo utilizado em Belém do Pará, no Comitrate e temos ciência, inclusive ontem foi falado sobre ele, e pode colocar à disposição do Conepir, o Conepir já participou pela coordenadoria, talvez seja importante, ter 02 pessoas, 01 governamental, 01 da sociedade civil do Conepir para participar dessas reuniões do GT, dentro do Comitrate, e acha que é muito mais produtivo do que migrar, fazer 02 discussão em duas arenas, e acha que não faz sentido, é retrabalhar, **Cleber** fala que inclusive temos representante dos povos indígenas no conselho, não os Warao mas representando uma instituição, podemos fazer sim, e pedir a indicação, fica mais 01 encaminhamento Elenir de um representante dos povos indígenas do Conepir para participar desse grupo de trabalho. **Yolis** relata sobre esse protocolo e acha importante que **Alexandre Canuto**, **Marcelo** e o Ministério Público

sejam as pessoas encarregadas dessa conta e não o Serviço Jesuíta, porque estamos em conflito praticamente, e ontem o **Cacique Santo** deixou bem claro, que não estamos de acordo com o acompanhamento, não era o que a gente aguardava, então eu acho que deveria ser o Ministério Público que faça essa consulta, **Marcelo** e **Pablo**, a fala do **Henrique** é muito bonitinha, muito técnica, mas não condiz com a verdade nossa. **Canuto** diz que gostaria de responder uma questão que o grupo de trabalho do Comitrate tem como objetivo elaborar um protocolo emergencial e não tem como limitar os participantes, Serviço Jesuíta apesar desse envolvimento todo, eles também fazem parte do grupo de trabalho então têm direito de participação assim como Caritas e outros órgãos. Em relação ao Ministério Público e ao que se está alegando, investigando, isso não é arena do Comitrate, o Comitrate pode acompanhar o Ministério Público, mas quem tem que fazer a fiscalização é o Ministério Público. **Yolis** interferiu dizendo que explicou mal, e explica novamente, que fala de um protocolo de consulta certo, que esse protocolo de consulta deveria ser o Ministério Público, junto a Funai, **Canuto** responde que essa é uma outra questão, **Yolis** responde que não está falando do protocolo que estão fazendo no Comitrate, e nem da excursão do Serviço Jesuíta, não estou falando que **Henrique** não pode falar aqui pelo Jesuíta, pelo contrário, acho que a liberdade de expressão ela tem que prevalecer. **Valdinalva** pede novamente a palavra para esclarecer que o protocolo de consulta não é uma instituição que faz, quem tem que fazer o protocolo de consulta é o próprio povo, então pede uma ajuda técnica e fala que vai ajudar e orientar **Yolis**, como construir o protocolo de consulta fala sobre o pedido de uma assistência técnica, nem Serviço Jesuíta nem Comitrate, ninguém, e nem o estado pode fazer o protocolo de consulta para os povos Warao. Que foram os ciganos que fizeram o próprio protocolo de consulta, com o apoio e suporte técnico da comissão o protocolo de consulta é que vai trazer respeito para os Warao e está à disposição, ambas se agradecem e **Marcelo** coloca a CIMUS a disposição do conselho para quaisquer necessidades possam contribuir. **Clever** agradece dizendo que a CIMUS é muito importante pois sempre deram grandes contribuições para o conselho e para as parcerias com a SEDESE e CEPPIR e tem atuado com poder público, da mesma forma também com as outras instituições a Funai, a Defensoria Pública o MP federal, DPU, e é assim que constrói políticas públicas, porém temos que construir esses protocolos que estão sendo discutidos na SEDESE com o Sr. **Alexandre Canuto** e que tem envolvimento com os povos tradicionais, tem que ter representante da sociedade civil que represente os povos tradicionais, nunca podemos construir de cima pra baixo, tem que construir junto, com os povos tradicionais, e enquanto poder público precisa ter esse respeito e o protocolo de consulta previa livre informada é construída como disse a **Valdinalva** pelos próprios povos, mas enquanto SEDESE, podemos sim atuar quando necessário for e quando os povos tradicionais quiserem fazendo a consulta livre previa informada ou seja fundamentada nos protocolos de consulta, mas para isso precisa de um plano de consulta que tem que ser fundamentado nos protocolos de consulta, caso o povo tradicional não tenha o protocolo de consulta, o plano de consulta tem que ser elaborado com o respectivo povo tradicional que vai sofrer as consequências positivas ou negativas de qualquer ação administrativa ou legislativa, é assim que entende a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e pede a **Yolis** que aceite o apoio da **Valdinalva**, que sabe fazer protocolo de consulta, tem experiência, já participou ajudando outros povos tradicionais, sendo nossa referência para essas questões relacionadas aos povos e comunidades tradicionais. **II. Encaminhamentos** 1. Realizar visita técnica nos espaços onde encontram os povos Warao; 2. Cadastrar ou trabalhar junto a Prefeitura para fazer o cadastramento no Cad. Único; 3. Buscar apoio junto ao órgão estadual e municipal de saúde, atendimento e assistência à saúde dos povos Warao; 4. Levantar número de crianças e adolescentes para providências cabíveis acerca da educação; 5. Elaborar um projeto (aldeia ou vila) para os Warao, assim como buscar recursos para que possamos executar esse projeto; 6. Trabalhar para geração trabalho e renda dos povos Warao; 7. Garantir acesso ao território para práticas religiosas e culturais. Elenir lembra ao presidente do encaminhamento que é enviar representantes dos povos indígenas representado o Conepir no grupo de trabalho Comitrate. **Mateus** faz uma correção que embora seja uma questão da língua portuguesa, diz muito a respeito da educação, porque encaminhar para educação não é nos moldes comuns aos das práticas dos brasileiros, é respeitando as tradições, porque isso foi muito debatido durante as audiências públicas e tem sido um pleito recorrente, porque eles também têm professores, e é algo que o governo do estado ficou de analisar e parece que não houve retorno nesse sentido. **Clever** solicita que a Conselheira **Dóris** levante a construção que tem sido feita, se é pelo município, ou se é pelas superintendências regionais e depois nos dar uma orientação nesse sentido. **Clever** respondendo ao Sr. **Mateus** diz ser importante a fala de uma educação para relações da diversidade étnica racial é isso que a gente precisa garantir aos povos tradicionais e principalmente para os Warao **Henrique** faz uma pontuação acerca do Cad. Único, que vai ter uma ação do CRAS, e já pediu a relação das pessoas que estão inseridas no Cad. Único para colocar no relatório e enviar a todos, guardando as devidas proporções e diz não saber o que a SEDESE irá fazer com o Cad. Único, pode apoiar, mas já tem uma ação programada, e ela está sendo construída há alguns meses, só para deixar ciente esse encaminhamento já em curso em relação ao Cad. Único, e quanto a reflexão do **Mateus** é importante porque a pessoa migrante pode dar aula na faculdade, mas não pode dar aula na escola, então não pode ser contratada na escola, o quanto que se perde nessa educação e é uma questão que tem que se ver nessa lei que impede que as pessoas migrantes possam dar aula nas escolas estaduais por exemplo. A conselheira **Dóris** pergunta se o **Clever** vai encaminhar as pontuações, ele responde que sim, da mesma forma que vai oficializar a solicitação do cadastramento único e informações acerca desses encaminhamentos que já foram tirados e já está em andamento. **II- Encerramento:** cumprida a finalidade da reunião, o presidente Clever procede ao seu encerramento, às 16:20h agradecendo todas e todos as considerações e avisando que tão logo a ata seja aprovada, será encaminhada a todos os participantes dessa reunião. Eu Maria Judite lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada para todos Conselheiros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Galhano Balieiro, Usuário Externo**, em 20/04/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luisa Evangelista da Silva Faria, Usuário Externo**, em 20/04/2023, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diane Darc de Sousa, Usuário Externo**, em 21/04/2023, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Coordenador(a)**, em 24/04/2023, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fatima Cristina Pinto, Servidor (a) Público (a)**, em 26/04/2023, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Pereira dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 26/04/2023, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **64275138** e o código CRC **72C09DF0**.

Referência: Processo nº 1480.01.0002099/2023-42

SEI nº 64275138